

**BRASIL**

**ADRIANA SOUZA SILVA**

**E** lapidar o que vem ocorrendo num setor da economia que movimentava quase R\$ 10 bilhões – o equivalente a 1% do Produto Interno Bruto (PIB). O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), responsável pelo controle da mineração no Brasil, acumula uma jazida de denúncias que vão desde adulteração de documentos, tráfico de influência até lavras clandestinas. Sobre as filiais do departamento em São Paulo e Minas Gerais, Estados que

respondem por cerca de 70% da produção mineral no País, recaem as maiores suspeitas. Vinculado ao Ministério de Minas e Energia, o DNPM é a autarquia responsável por tudo o que é considerado minério: da simples areia retirada dos rios às pedras preciosas. Assim, qualquer um que deseje explorar o solo brasileiro, patrimônio da União, tem de recorrer antes a esse órgão federal.

Em São Paulo, o empresário Eduardo Rodrigues Machado é um dos campeões em requerimentos de áreas com matéria-prima para a construção

civil. Suas três empresas – Pirâmide, Viterbo e Rio do Peixe –, que somam 111 projetos para a extração de areia e granito, transformaram-no em um dos maiores empreendedores do Vale do Ribeira, a região mais rica em minérios do Estado. Extratores de areia ouvidos pela reportagem acreditam que o DNPM paulista possa estar tomando as dores das empresas de Machado nas disputas minerais.

O departamento atendeu, em 1995, ao requerimento do empresário para a exploração de areia do rio Tietê, no trecho que corta a capital. A extra-



**RADICAL** Kohle ignora licitação e impede limpeza do Tietê



GRUPO

# TERRA DE

**A BAGUNÇA DO GOVERNO NO SETOR DE MINERAÇÃO, QUE MOVIMENTA**

ção, porém, nunca ocorreu pela falta de autorização da Secretaria do Meio Ambiente e do Departamento de Águas e Energia do Estado (Dae). Quatro anos depois, o Dae mudou de idéia. Com o objetivo de reduzir o preço, permitiu a exploração e a venda da areia obtida na dragagem à Triunfo, empresa que venceu a licitação para a limpeza do Tietê. No entanto, quem impediu a comercialização dessa vez foi o DNPM, que chegou a paralisar o desassoreamento, aumentando o risco de enchentes na

**PREJUÍZO** Pilha de areia retirada do rio Tietê: comercialização proibida pelo DNPM

capital. No entender do órgão federal, o direito legal daquela área pertence a quem primeiro a requereu no departamento, ou seja, à empresa de Machado e de outros dois empresários. Para o DNPM, a Triunfo estaria realizando "lavra clandestina" por não ter tal documento.

**Desfecho** – A liberação da limpeza no Tietê só aconteceu quando o Dae apelou ao presidente Fernando Henrique. Mas, por falta de autorização do DNPM, a Triunfo nunca pôde co-

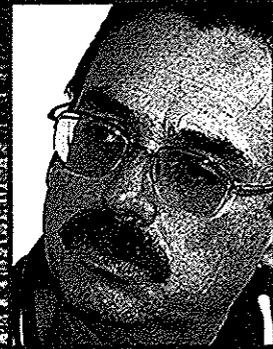
mercializar a areia, hoje estocada num dos depósitos da empresa para utilização em aterros sanitários. Eduardo Machado, que participou do leilão e perdeu a disputa para a Triunfo, nega que tenha interferido na decisão do DNPM. Diz ainda que, dias depois, ofereceu "de graça" para a concorrente sua autorização para explorar a areia retirada do Tietê. "Na época, abrimos mão do nosso interesse, pois sabíamos que os tributos da Triunfo com a venda da areia seriam revertidos para toda a população", diz Machado, justificando a boa ação. O diretor técnico da Triunfo,

ALAN RODRIGUES



**SORTUDO** Machado sempre se dá bem nas decisões federais

# NINGUÉM



**\$ 10 BILHÕES POR ANO NO PAÍS, REVELA JAZIDA DE IRREGULARIDADES**

**BRASIL**

João Villar Garcia, tem outra versão: “A oferta do minerador foi uma transferência temporária para o Dae, e não para nós, em troca da permissão de extrair areia do Tietê depois que fosse finalizado nosso contrato.”

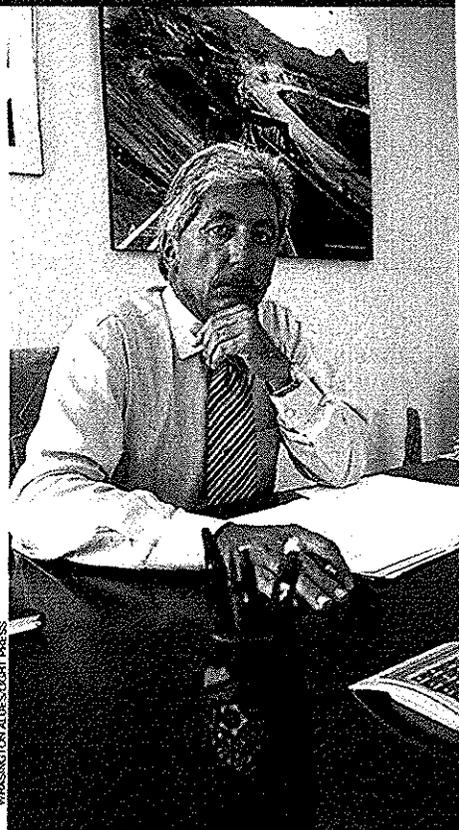
Embora confie na postura isenta do DNPM em São Paulo, a Triunfo também levou a pior quando o departamento desconsiderou o contrato de locação entre ela e o sitiante Roberto Pettená, dono do terreno onde havia a pedreira que abastecia sua empresa nas obras de duplicação de um dos trechos da rodovia Regis Bittencourt. De acordo com a legislação do setor, o minério disponível num terreno pertence à União, que concede o direito de exploração à primeira pessoa que o requerer ao DNPM, independentemente de ele ser ou não o proprietário, desde que haja um acordo com este. Assim, quando Pettená quis desfazer o contrato de locação da Triunfo, o DNPM atendeu o pedido do sitiante. A Triunfo perdeu a pedreira. Nesse meio tem-

## “Não consegui encontrar os culpados por falta de recursos técnicos”

*Edward de Abreu,  
chefe do DNPM de Minas Gerais*

po, Pettená também conseguiu a autorização do departamento para explorar a brita de sua propriedade – permissão que ele colocou à venda. Procurado pela reportagem, o sitiante negou que o rompimento com a Triunfo tenha sido insuflado pelo futuro comprador de sua área, mas revelou que a negociação está sendo feita com a Pirâmide, uma das empresas de Machado.

**Empreendedor** – Eduardo Machado é um homem de boas relações. Nas cidades onde realiza extração de minérios, desenvolve programas de con-



WASHINGTON ALBES/LIGHT PRESS

# Congele sob um



**Schincariol.**  
**O jeito certo de**  
**fazer cerveja.**

**Aprecie com**  
**moderação**



servação do meio ambiente, como coleta seletiva em escolas e conscientização ecológica da comunidade. Diz ser amigo até de garimpeiros informais que perderam suas áreas para ele. Ex-presidente da Associação Nacional das Entidades de Produtores de Agregados para a Construção Civil (Anepac), o empresário dirige a

Associação dos Mineradores do Vale do Ribeira e da Baixada Santista, além de manter dois de seus sócios na diretoria da associação que reúne empreendedores da região de Registro e no sindicato do setor no Estado de São Paulo, o Sindareia.

Foi justamente no Sindareia que o chefe do distrito paulista do DNPM,

## “Um funcionário do DNPM avisou que com a fraude alguém seria beneficiado”

*Sérgio Lobo,  
minerador de Diamantina*

Nicolau Kohle, recrutou o advogado que lhe acompanhou num inquérito da Polícia Federal para apurar, em março de 1999, a denúncia de um minerador que se sentiu prejudicado pelo órgão. O segundo homem do DNPM paulista, Paulo Afonso Rabelo, depôs na ocasião também acompanhado pelo responsável jurídico do Sindareia. “Foi só aquela vez. Desconhecia que poderia usar os advogados do departamento”, explica Kohle. Ele é casado com Ana Maria Izar, prima do deputado federal Ricardo Izar (PMDB-SP), de quem foi chefe de gabinete. O deputado se relaciona

# sol de 40 graus.



BRASIL



ALAN RODRIGUES

bem com empreendedores da construção civil. Um terço das empresas que contribuíram com sua campanha é dessa área, segundo o Tribunal Regional Eleitoral.

São Paulo é o terceiro maior Estado do País em produção mineral. Essa posição se deve à extração de matéria-prima para a construção civil, como areia, argila e brita. Só em areia, a produção declarada está em torno de 40 milhões de metros cúbicos por ano. No entanto, se for considerado o mercado informal (venda sem nota ou por mineradoras clandestinas), esse número pode ser uma vez e meia maior, segundo estimativa do departamento de geologia do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) do Estado. Nos cofres públicos, a informalidade representaria uma sonegação de R\$ 90 milhões. Para apurar isso, o Ministério Público Federal instaurou um inquérito e deverá entrar nos próximos dias com uma ação civil públi-

## Garimpo em Diamantina (MG): mineração no Estado responde por 0,5% do PIB no Brasil

ca contra o DNPM, a quem caberia a fiscalização nos portos de areia. "Investigamos uma eventual improbidade administrativa", afirma a procuradora Izabel Groba. O diretor do distrito paulista diz que a falta de fiscalização se deve ao baixo número de funcionários.

**Minas Gerais** – No DNPM de Minas, Estado que responde por 55% da produção mineral no País, o argumento da falta de recursos também é usado para explicar situações nebulosas. O advogado Uile Reginaldo Pinto, re-

presentante da mineradora Diamante Brasil, afirma que até julho de 1999 a empresa detinha o direito de explorar uma área de extração de diamantes em Frutal (MG). Esse direito seria decorrente do fato de ter sido ela a primeira a requerer o uso da área. Em setembro, a Diamante Brasil foi surpreendida por um comunicado do DNPM informando que a área estava à disposição de outra empresa, a Intergemas. O computador do departamento registrava que a concorrente fora a primeira a requerer o uso da área. A explicação não convenceu a Diamante Brasil, que reclamou. O mesmo computador havia fornecido, meses antes, a informação de que o uso da área lhe estava assegurado. "Fomos vítimas de uma fraude", acusa o advogado Reginaldo Pinto. Uma sindicância concluiu que o direito à exploração pertencia mesmo à Intergemas. "Tem muita gente que não gosta do chefe de Minas Gerais e fica inventando coisas. Eu ponho a mão ►►

►► no fogo por ele”, afirma Elmer Salomão, dono da Intergemas e ex-diretor-geral do DNPM em Brasília.

A hipótese de o programa do computador ter sido adulterado, no entanto, não é descartada nem mesmo pelo chefe do DNPM mineiro, Edward de Abreu. Segundo ele, até meados do ano passado, o sistema usado para registrar os pedidos de exploração de áreas não era seguro. Qualquer pessoa que tivesse acesso ao computador do DNPM poderia inverter a ordem de chegada de um requerimento, fazendo com que a prioridade de um terreno fosse dada a quem bem entendesse. O curioso é que essa suposição nem sequer foi abordada na sindicância, embora a Diamante Brasil não tenha sido a única vítima.

O minerador Sérgio Ribeiro Lobo perdeu uma área de diamantes em Diamantina, estimada por ele em R\$ 500 mil. Em setembro de 1999, ele obteve do DNPM um alvará para pesquisar a lavra (documento que dá ao minerador até três anos para avaliar a área antes de obter a licença definitiva para explorá-la). Meses depois, o alvará foi cancelado. “Fui informado por um funcionário do DNPM que houve adulteração na data do meu requerimento para favorecer algum amigo da diretoria do departamento”, protesta Lobo. Para se defender, o chefe Edward de Abreu volta a jogar a responsabilidade no computador. “Quando assinei o alvará, me informaram que a área estava livre. Depois descobrimos que foi um erro do computador e tive de entregá-la a quem havia requerido antes”, diz.

O advogado Job Santos e o geólogo José Francisco de Pádua também disparam farpas contra Edward. Eles garantem que são boicotados e que o chefe do DNPM mineiro privilegia o atendimento a seus amigos. Edward contra-ataca. Segundo ele, tanto o ad-

vogado como o geólogo são especuladores que chantageiam garimpeiros. “A licença desses pequenos mineradores é antiga, mas nem por isso ilegal”, explica Edward. Ele diz que está empenhado em moralizar o departamento e revela já ter transferido quatro funcionários, suspeitos de promover fraudes.

ISTOÉ localizou dois dos funcionários transferidos do DNPM mineiro. “Nos tiraram do departamento porque sabíamos demais. Testemunhamos vários casos de favorecimento”, afirma Paulo Conceição, que permanece no departamento por força de uma liminar. Um outro funcionário, que se identifica apenas como Oliveira garante que há manipulação no esquema de prioridades para a explo-

rário. “Primeiro, você faz o requerimento. Daí eu peço para liberar o mais rápido possível. O meu irmão é o diretor aqui”, disse Rogério de Abreu ao interessado, que quis saber o custo daquela ajuda. Ele, no entanto, respondeu que não custaria nada, mas que se fosse necessário poderia contar com a ajuda de seu “sócio” em Brasília, Waldemar Nunes da Costa. Procurado por ISTOÉ, Costa confirmou a parceria: “A gente vai ao DNPM constantemente e eles quebram o galho. Em órgão público, se não tiver alguém para apressar, a coisa pode demorar anos”, informou Costa.

Às vésperas de o órgão se transformar na Agência Nacional de Mineração, o diretor-geral do DNPM no Brasil, João Pimentel, diz que as sin-



ALAN RODRIGUES

## Produção nacional de gemas

Por Estado	
Minas Gerais	45%
Goiás	20%
Mato Grosso	15%
Bahia	10%
Outros	10%

\* Pedras usadas no setor de joalheria

Fonte: DNPM

ração de áreas. No caso do minerador Lobo, ele afirma que o primeiro alvará estava correto.

**Influência** – Os ex-funcionários do distrito mineiro também contam que o geólogo Rogério de Abreu, um dos irmãos do chefe do DNPM de Minas, tem livre acesso ao departamento e a documentos do órgão. Ele não precisa respeitar a fila do andamento de pedidos para a extração de áreas, nem o sigilo. Essas acusações foram confirmadas por uma pessoa interessada em requerer uma área de esmeraldas em Minas Gerais. Solicitou a ajuda de Rogério e enquanto aguardava o atendimento viu que só o irmão de Edward andava sem crachá e circulava por todas as dependências sem agendar ho-

dicâncias necessárias foram realizadas e comemora a agilização na entrega de alvarás – 21.500 no ano passado, contra a média de 3.700 dos anos anteriores. “Não temos a pretensão de examinar o Brasil com uma lupa, mas estamos fazendo convênios para aumentar a fiscalização”, diz, explicando o acordo a ser feito com o Conselho Regional de Engenharia para punir erros nos serviços prestados aos mineradores. A busca por mais transparência já conta com uma decisão inusitada. Para evitar acordos extra-oficiais entre os funcionários da entidade e o público, todas os distritos serão obrigadas a criar salas com paredes de vidro com um cartaz alertando: “Cidadão em Audiência. Acesso Restrito.” ■